2017-0.142.903-5 LPS SAO PAULO CONSULTORIA DE IMOVEIS LTDA INDEFERIDO

CONSIDERANDO OS ELEMENTOS CONSTANTES NO PRESENTE, EM ESPECIAL A MANIFESTACAO DA SUPERVISAO TECNICA DE FISCALIZACAO(FL.32), INDEFIRO RECURSO APRESENTADO, MANTENDO-SE O A.M. 06-231.952-3 PELA DISTRIBUICAOEM EM VIAS E LOGRADOUROS PUBLICOS DE FOLHETOS, PANFLETOS OU QUALQUER TIPO DE MATERIAL IMPRESSO VEICULANDO MENSAGENS PUBLICITARIAS ENTREGUES MANUALMENTE NOS TERMOS DA LEI 14.517/07 ALTERADA PELA LEI 14.583/07.

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO ENDERECO: .

PROCESSOS DA UNIDADE PR-VP/CPDU/SUSL
2017-0.038.692-8 COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SAO PAULO METRO DEFERIDO

CONSIDERANDO MANIFESTACAO DE SUSL DEFIRO A CERTIDAO DE DEMOLICAO NOS TERMOS DA LEI 14.141/06 REGULAMENTADA PELO DEC 51.714/10

2017-0.038.696-0 COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SAO PAULO METRO DEFERIDO

CONSIDERANDO MANIFESTACAO DE SUSL DEFIRO A CERTIDAO DE DEMOLICAO NOS TERMOS DA LEI 14.141/06 REGULAMENTADA PELO DEC 51.714/10

CULTURA

GABINETE DO SECRETÁRIO

PORTARIA Nº 113/2017 – SMC.G

ANDRÉ STURM, Secretário Municipal de Cultura, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

I – Alterar a Portaria nº 055/SMC-G/2017, para INCLUIR os servidores: Marília Alves Barbour RF 843.487.5 - marilia.barbour@prefeitura.sp.gov.br, Juliana Velho - RF 844.880.8 - julianavelho@prefeitura.sp.gov.br, Lara Luciana Lima Pinheiro – RF 771.664.8 – larapinho@prefeitura.sp.gov.br, Thiago Gomes Cardonia – RF 789.750.3 tcardonia@prefeitura.sp.gov.br e Renata Aparecida Pereira da Silva Araújo - RF 839.142.4 – rap-saraujo@prefeitura.sp.gov.br e EXCLUIR os servidores Josephine Helene Georgette Elisabeth Bourgois RF 838.422.7, Giovanna de Moura Rocha Lima RF 807.660.0, Bárbara Rodarte de Paula – RF 838.444.4, Marcelo Rugério Bianchi – RF 736.731.7 e Diego da Silva, RF 027.

II – Caberá a Sra. Juliana Velho, RF 844.880.8, a coordenação do Grupo de Planejamento e a sua suplência ao Sr. Thiago Gomes Cardonia, RF 789.750.3

III – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada a Portaria nº 024/2016 - SMC.G e as disposições em contrário.

PORTARIA Nº 7.858, DE 02 DE OUTUBRO DE 2017

SEI 6016.2017/0040377-3

DISPÕE SOBRE DIRETRIZES, NORMAS E PERÍODOS PARA A REALIZAÇÃO DE MATRÍCULAS - 2018 NA EDUCAÇÃO INFANTIL, NO ENSINO

FUNDAMENTAL E NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA, DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E NAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE INDIRETA E CONVENIADA/PARCEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO:
- a Constituição da República Federativa do Brasil/88, em especial, os artigos 205 a 214;
- as Emendas Constitucionais nº 53/06 e a nº 59/09, que estabelece a educação básica obrigatória dos 4(quatro) aos 17(dezesete) anos de idade;

- a Lei federal nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- a Lei federal nº 12.796/13, que prevê a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4(quatro) anos de idade;
- a Lei federal nº 13.005/14, que aprova o Plano Nacional de Educação;
- a Lei federal nº 13.445/17, que institui a Lei de Migração;
- o contido na Resolução CNE/CEB nº 04/10, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica;
- o disposto na Resolução CNE/CEB nº 03/16, acompanhada do Parecer CNE/CEB nº 08/15, que define Diretrizes Nacionais para o atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas;
- a Lei nº 16.271/15, que aprova o Plano Municipal de Educação de São Paulo;
- o Decreto nº 57.379/16, que institui, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, a Política Paulistana de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva;
- a Portaria nº 6.770/13, que estabelece normas complementares para a matrícula das crianças de zero a 3 anos nos Centros de Educação Infantil/Creches da Rede Direta, Indireta e Conveniada/ Parceira;
- a Portaria nº 3.919/15, que dispõe sobre o processo de cadastro da demanda, compatibilização, matrícula e transferência para a Educação de Jovens e Adultos - EJA nas Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino de São Paulo;
- a Portaria nº 3.270/16, que atribui responsabilidades pelas informações lançadas nos Sistemas de Informação Corporativos da Secretaria Municipal de Educação e, dá outras providências;
- a Portaria nº 4.993/16, que estabelece diretrizes gerais para a realização de cadastramento, compatibilização, matrícula e transferência da Educação Infantil na Rede Municipal de Ensino - na Rede Direta, nas Instituições Privadas de Educação Infantil da Rede Indireta e Conveniada/ Parceira;
- a Portaria Conjunta SEE/SME nº 01/17, que expressa o regime de colaboração entre as esferas estadual e municipal;
- a política educacional de atendimento à demanda de forma contínua e transparente;
- a conveniência de assegurar o atendimento no estabelecimento mais próximo à residência do educando,

RESOLVE:

I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - As diretrizes, normas e períodos para matrícula, rematrícula e transferência dos educandos na Rede Municipal de Ensino Direta, Indireta e Conveniada/Parceira obedecerão ao contido na presente Portaria, observando-se o disposto na Portaria nº 4.993/16, que estabelece diretrizes gerais para a realização de cadastramento, compatibilização, matrícula e transferência e ressalvado o disposto na Portaria Conjunta SEE/SME nº 01/17, que trata da matrícula antecipada e chamada escolar para o Ensino Fundamental para o ano letivo de 2018.

Art. 2º - Na Rede Municipal de Ensino será assegurada a matrícula de todo e qualquer educando nas classes comuns, sendo reconhecida, considerada, respeitada e valorizada a diversidade humana, sendo vedadas quaisquer formas de discriminação.

Art. 3º - Os adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas cadastrados na Rede Municipal de Ensino deverão ter a matrícula assegurada com prioridade sem qualquer forma de constrangimento, preconceito ou discriminação, tratando-se de direito fundamental, público e subjetivo.

Art. 4º - O planejamento e a definição das vagas iniciais para matrícula observarão os procedimentos estabelecidos para cada etapa/modalidade de ensino devendo ser incluídas, no Sistema Informatizado - EOL, todas as vagas definidas.

Art. 5º - O atendimento à demanda será definido por endereço residencial ou endereço indicativo para a Educação Infantil e Ensino Fundamental, considerando o conjunto das características e necessidades da população local.

Parágrafo único - Entender-se-á a expressão “endereço indicativo” aquele diverso do da sua residência, informado pelo pai/mãe ou responsável.

Art. 6º - Para garantia do atendimento à demanda, a matrícula em todas as etapas/modalidades de ensino somente se efetivará após a adoção dos procedimentos de cadastramento e compatibilização automática, tanto para a Educação Infantil, quanto para o Ensino Fundamental, obedecendo respectivamente ao contido na Portaria nº 4.993/16, e Portaria Conjunta SEE/SME nº 01/17.

Art. 7º - A matrícula na Rede Municipal de Ensino Direta, Indireta e Conveniada/Parceira obedecerá ao cronograma específico para cada etapa/modalidade da Educação Básica, na conformidade do contido no Anexo Único, parte integrante desta Portaria.

Art. 8º - Nas Unidades de Educação Infantil e Ensino Fundamental, inclusive nas turmas de Educação de Jovens e Adultos - EJA, a matrícula será efetivada pelos pais ou responsáveis legais ou pelo próprio educando, se maior, mediante apresentação dos seguintes documentos:

- Na Educação Infantil:
 - Certidão de Nascimento, Registro Geral - RG ou Registro Nacional Migratório – RNM;
 - comprovante de endereço no nome do(a) pai/mãe ou responsável legal;
 - CPF do pai/mãe ou responsável legal;
 - Carteira de vacinação atualizada;
 - Cartão do Programa Bolsa-família, se for o caso;
 - Cartão do Sistema Único de Saúde;
- No Ensino Fundamental e na EJA:
 - Certidão de Nascimento, Registro Geral - RG ou Registro Nacional Migratório – RNM;
 - comprovante de endereço no nome do(a) pai/mãe ou responsável legal;
 - comprovante de escolaridade anterior, em caso de prosseguimento de estudos.

Parágrafo único: As Unidades deverão providenciar o preenchimento imediato da “Ficha de Matrícula”, determinar o momento oportuno para o preenchimento da “Ficha de Saúde” e da “Ficha de Informações Complementares”, no caso de criança com deficiência, Transornos Globais do Desenvolvimento – TGD e Altas Habilidades/Superdotação, respeitado o prazo estabelecido na legislação vigente.

Art. 9º - Na hipótese de indicação de Unidade Educacional preferencial a partir de 2 km, os pais ou responsáveis legais deverão ter ciência expressa de que concorrerão somente às vagas daquela Unidade e não farão jus ao Transporte Escolar Municipal Gratuito – TEG.

Art. 10 - Na existência de vagas remanescentes no decorrer do ano letivo, a compatibilização automática e matrícula deverão ser realizadas de forma ininterrupta em todas as etapas/modalidades de ensino, inclusive na Educação de Jovens e Adultos - EJA regular, excetuando-se a EJA modular e o Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos – CIEJA, nesses casos será necessário o preenchimento da “Ficha de Cadastro de Ensino Fundamental/EJA”, observada a periodicidade de cada um para fins de matrícula.

Parágrafo único – Na modalidade EJA o processo de compatibilização ocorrerá diariamente observado o saldo de vagas/Etapa.

SISTEMA MUNICIPAL DE PROCESSOS - SIM-PROC DESPACHOS: LISTA 2017-2-182

DEPARTAMENTO DO PATRIMONIO HISTORICO

ENDERECO: AV. SAO JOAO, 473 - 7 ANDAR
PROCESSOS DA UNIDADE SMC/DPH-G

2017-0.147.667-0 MUSEU DE ARTE DE SAO PAULO ASSIS CHATEAUBRIAND - M DEFERIDO

COM BASE NO DISPOSTO NOS ARTIGOS 18 E 21 DA LEI N 10.032, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1985, A DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DO PATRIMONIO HISTORICO, MANIFESTA-SE FAVORAVELMENTE A REALIZACAO DO EVENTO 41 MOSTRA INTERNACIONAL DE CINEMA, NO VAO LIVRE DO MASP, LOCALIZADO NA AV. PAULISTA, 1578, NOS DIAS 23 A 28 DE OUTUBRO DE 2017, INFORMAMOS QUE:NAO NOS OPOMOS A REALIZACAO DO EVENTO NO LOCAL APRESENTADO;CAS O OCORRA QUALQUER EVENTUAL DANO AO BEM TOMBADO, ESSE E DE RESPONSABILIDADE DO REQUERENTE E DEVERA SER CORRIGIDO IMEDIATAMENTE APOS O TERMINO DO EVENTO, RESPEITANDO O MESMO PADRAO ORIGINAL E COM ACOMPANHAMENTO DESTA DEPARTAMENTO;ESSE OFICIO NAO AUTORIZA A REALIZAC AO DE OBRAS DE INTERVENCAO DE QUALQUER ESPECIE (PISO, PAREDE, HIDRAULICA OU ELETRICA) NA EDIFICACAO TOMBADA;A PRESENTE AUTORIZACAO NAO ISENTA O INTERESSADO DA MANIFESTACAO DOS DEMAIS ORGAOS AFINS DESTA PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PAULO, INCLUINDO A COMISSAO DE PROTECAO A PAISAGEM URBANA (CPPU).

EDUCAÇÃO

GABINETE DO SECRETÁRIO

PORTARIA Nº 7.857, DE 02 DE OUTUBRO DE 2017.

Comissão Multidisciplinar prevista no artigo 10 da Lei nº 13.398, de 31 de julho de 2020 – Concurso Público – Professor de Ensino Fundamental II e Médio

O Secretário Municipal de Educação, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

I - Designar para integrar a Comissão Multidisciplinar constituída pela Portaria SME nº 6.862, de 25 de agosto de 2017, publicada no DOC de 26/08/2017, os seguintes representantes do Conselho Municipal da Pessoa Deficiente – CMPD:

- Rosana Bignami (titular), RG nº 13.321.169-4
- Sandra dos Santos Reis (suplente), RG nº 14.193.868-7
- Cessar, em consequência, a designação de:
 - Silvana Souza do Nascimento, (titular) RG nº 17.967.887-5
 - Gersonita Pereira de Souza (suplente), RG nº 27.882.214-9.

Art. 11 - As rematrículas deverão ser efetivadas na perspectiva da garantia da continuidade de atendimento aos educandos frequentes em 2017, conforme consta no Anexo Único desta Portaria.

Parágrafo único - Na impossibilidade de atendimento na mesma Unidade Educacional, a Diretoria Regional de Educação deverá garantir a continuidade de estudos em Unidade Educacional próxima ao endereço residencial ou endereço indicativo.

Art. 12 - Na ocasião da rematrícula deverão ser confirmados todos os dados necessários para a formalização da matrícula, com atualização no Sistema Informatizado – EOL, a fim de viabilizar o atendimento aos diferentes programas da SME.

Art. 13 - Fica vedado, a qualquer época, o condicionamento da matrícula ou rematrícula ao pagamento de taxa de contribuição à Associação Pais e Mestres ou equivalente, ou qualquer exigência de ordem financeira e material, inclusive aquisição de uniforme, material escolar ou carteira de identidade escolar.

Art. 14 – Os casos de educandos atendidos por Transporte Escolar Gratuito – TEG deverão ser analisados e oferecida ao pai / ou responsável legal, a possibilidade de vaga mais próxima à sua residência.

II - DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS

1 - EDUCAÇÃO INFANTIL:

Art. 15 - O atendimento na Educação Infantil, a ser realizado nos Centros de Educação Infantil (CEIs) da Rede Direta, Indireta e Conveniada/Parceira, nos Centros Municipais de Educação Infantil (CEMEIs) e nas Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEIs) ocorrerá em agrupamentos formados de acordo com as datas de nascimento e proporção adulto-criança, conforme segue:

CEIs e CEMEIs	CEMEIs e EMEIs	Turma	Nascimento	Proporção Adulto/Criança
Berçário I		Turma	Nascimento	Proporção Adulto/Criança
Berçário II		Infantil I	de 01/04/13 a 31/03/14	29 crianças / 1 educador
Mini-Grupo I		Infantil II	de 01/04/12 a 31/03/13	29 crianças / 1 educador
Mini-Grupo II				

Parágrafo único - Nas regiões onde houver demanda e considerando a universalização para a faixa etária de pré-escola, respeitada a capacidade física das salas, o número de crianças nas turmas de Infantil I e II deverá ser ampliado.

Art. 16 - O processo de planejamento e projeção de vagas deverá considerar o conjunto das características e necessidades da população local, observadas:

- a garantia de continuidade através das rematrículas;
- a demanda cadastrada no Sistema Informatizado - EOL;
- as vagas existentes nas Unidades Educacionais;
- a necessidade de assegurar a matrícula no equipamento adequado à faixa etária de acordo com as possibilidades de cada localidade.

Art. 17 – Considerando a universalização do atendimento prevista na EC nº 59/09, será obrigatória a efetivação de todas as matrículas da demanda compatibilizada para as turmas de Infantil I e Infantil II, exceto nos processos de transferência/intenção de transferência.

Parágrafo único - O registro da matrícula no Sistema Informatizado - EOL ocorrerá independentemente do comparecimento do pai/mãe ou responsável legal na Unidade Educacional, cabendo a seguir, sua convocação para o atendimento do disposto no artigo 8º desta Portaria, inclusive nos casos de deslocamentos com transporte escolar, até o surgimento da vaga próxima à sua residência.

Art. 18 – Os CEIs/Creches e os agrupamentos de Berçário e Mini-Grupo dos CEMEIs organizarão seu atendimento em período integral de 10 (dez) horas diárias, respeitada a necessidade da comunidade.

Parágrafo único – De acordo com a necessidade dos pais/responsáveis o atendimento poderá ser flexibilizado para 5 (cinco) horas, mediante solicitação dos interessados e análise e parecer da Supervisão Escolar.

Art. 19 – Na Educação Infantil a matrícula será cancelada quando houver solicitação expressa do pai/mãe ou responsável legal, ou após 15 (quinze) dias de faltas consecutivas, sem justificativa, esgotadas e registradas todas as possibilidades de contato com a família.

§ 1º - Para as crianças matriculadas no Infantil I e II, Ensino Obrigatório, o cancelamento da matrícula pelos pai/mãe ou responsável e os casos de reiteradas faltas injustificadas serão obrigatoriamente acompanhados de:

- orientação aos pais e responsáveis quanto à obrigatoriedade do Ensino; e
- comunicação ao Conselho Tutelar.

§ 2º - Os procedimentos especificados no parágrafo anterior serão de responsabilidade do Diretor da Unidade Educacional.

§ 3º - As situações descritas neste artigo deverão ser aplicadas, inclusive, para os educandos com “Solicitação de Transferência”.

Art. 20 – Os educandos matriculados nas turmas de Educação Infantil – Creche e Pré-Escola que mudarem de endereço residencial durante o ano letivo, diante da impossibilidade de permanência na Unidade de matrícula poderão solicitar transferência, conforme previsto no artigo 33 da Portaria nº 4.993/16.

Art. 21 - Nas hipóteses previstas nos artigos 19 e 20 desta Portaria, compete ao Diretor da Unidade Educacional a utilização das opções próprias do Sistema Informatizado - EOL para registro da baixa de matrícula, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis.

2 - ENSINO FUNDAMENTAL:

Art. 22 - O cadastramento e a compatibilização da demanda do Ensino Fundamental Regular, inclusive para as solicitações de transferência, obedecerão às disposições e aos procedimentos estabelecidos na Portaria Conjunta SEE/SME nº 01/17 e ocorrerão ao longo do ano, mediante o preenchimento da “Ficha de Cadastro de Ensino Fundamental” e digitação no Sistema Integrado SEE/SME.

Art. 23 - As turmas de Ensino Fundamental serão formadas conforme segue:

- Ciclo de Alfabetização: 30(trinta) educandos;
- Ciclo Interdisciplinar: 32(trinta e dois) educandos;
- Ciclo Autoral: 33(trinta e três) educandos.

Parágrafo único: Respeitada a capacidade física das salas, o número de educandos nas turmas de Ensino Fundamental, poderá ser ampliado de acordo com as necessidades de atendimento à demanda de cada região.

Art. 24 – Para ingresso no Ensino Fundamental, as crianças deverão ter a idade mínima de 6 (seis) anos completos ou a completar até 31/03/18, nascidas no período de 01/04/11 a 31/03/12, conforme disposto na Resolução CNE/CEB nº 1/10.

Art. 25 – Para a efetivação da matrícula no Ensino Fundamental deverão ser observadas, ainda, as seguintes situações:

I - Na falta de um ou mais documentos mencionados no artigo 8º desta Portaria, a matrícula será efetivada e os responsáveis orientados quanto à sua obtenção e posterior apresentação à Direção da Unidade Educacional;

II – O educando deverá ser submetido a processo de avaliação para Classificação no ano adequado de escolaridade, de acordo com o subitem 4.5 da Indicação CME nº 04/97 e Portaria SME nº 6.837/14, nos casos de impossibilidade de comprovação documental ou ausência de escolaridade anterior.

Art. 26 – Caberá à Unidade Educacional o registro da matrícula no Sistema Informatizado - EOL resultante do processo de compatibilização automática.

§ 1º - Independentemente do comparecimento do pai/mãe ou responsável legal à Unidade Educacional, o registro da matrícula no Sistema Informatizado - EOL ocorrerá, imediatamente, cabendo, a seguir, sua convocação para apresentação dos documentos.

§ 2º - A Unidade Educacional deverá arquivar os documentos que comprovem a convocação do responsável para a formalização da matrícula durante o período letivo.

Art. 27 – Excetuando-se o previsto no Inciso I do artigo 11 da Portaria Conjunta SEE/SME Nº 01/17 a matrícula será cancelada, após 15 (quinze) dias de faltas consecutivas, sem justificativas, esgotadas e registradas todas as possibilidades de contato com a família, observados o disposto na Orientação Normativa SME nº 1/01 e no inciso II, do artigo 56, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 28 - Na situação descrita no artigo anterior, compete ao Diretor da Unidade Educacional a utilização das opções próprias do Sistema Informatizado - EOL para registro da baixa de matrícula, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis.

Art. 29 - Sempre que possível, as vagas remanescentes do Ensino Fundamental Regular, serão oferecidas, inicialmente, para acomodação dos educandos matriculados em Unidades distantes de sua residência, atendidos com o Transporte Escolar Municipal Gratuito – TEG.

Art. 30 – O cadastramento da demanda para a Educação de Jovens e Adultos – EJA Regular, deverá obedecer o disposto na Portaria SME nº 3.919/15, a qual regulamentada e específica o cadastro, a compatibilização e matrícula realizados no Sistema Informatizado – EOL.

Art. 31 - Toda Unidade Educacional de Ensino Fundamental constituir-se-á em um posto de cadastramento.

Art. 32 - Na Educação de Jovens e Adultos - EJA, o planejamento de classes e as Unidades Educacionais em funcionamento serão definidos de acordo com:

- a quantidade de educandos a serem rematriculados;
- a demanda cadastrada no Sistema Informatizado - EOL, observados os critérios descritos na Portaria SME nº 3.919/15;
- a necessidade da demanda local.

Art. 33 – As turmas da Educação de Jovens e Adultos – EJA serão formadas conforme segue:

- Etapas de Alfabetização e Básica: 30(trinta) educandos;
- Etapas Complementar e Final: 32(trinta e dois) educandos.

Parágrafo único: Respeitada a capacidade física das salas, o número de educandos nas turmas da Educação de Jovens e Adultos, poderá ser ampliado de acordo com as necessidades de atendimento à demanda de cada região.

Art. 34 – As matrículas para a Educação de Jovens e Adultos - EJA deverão considerar a idade mínima de 15 (quinze) anos completos no ato da matrícula.

III - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 35 - Compete às Unidades Educacionais:

- preparar suas equipes para acolher, orientar e informar as famílias de forma clara sobre as questões que envolvem o direito de matrícula dos educandos nas Unidades Educacionais da rede pública, observados os critérios de excelência no atendimento ao cidadão usuário dos serviços públicos da cidade;
- comunicar os procedimentos necessários para efetivação da matrícula ao pai/mãe ou responsável legal, no momento do cadastramento do educando;
- zelar pela fidedignidade na coleta de informações e registro dos documentos, na correção dos dados necessários ao cadastramento e matrícula, de modo a evitar duplicidades ou registros incompletos, bem como possibilitar o envio domiciliar na implementação dos programas da SME.

Art. 36 - Compete às Diretorias Regionais de Educação - DREs:

- planejar, orientar e garantir, por meio da Equipe de Demanda, Diretor de Divisão de Administração e Finanças e da Supervisão Escolar, todo o processo de rematrícula, cadastramento e matrícula nas Unidades Educacionais que compõem a Rede Municipal de Ensino e a rede indireta e conveniada/parceira;
- orientar e acompanhar o registro das matrículas no Sistema Informatizado - EOL em decorrência do processo de planejamento e compatibilização automática das vagas existentes, observados os prazos estabelecidos constantes do Anexo Único, parte integrante desta Portaria;
- monitorar o processo de cadastramento e efetivação de matrículas de Educação Infantil no Sistema Informatizado - EOL, em conformidade com as disposições legais vigentes;
- orientar as Unidades Educacionais quanto aos corretos registros no Sistema Informatizado – EOL para cadastro, efetivação das matrículas e as movimentações durante o ano letivo;
- realizar ampla divulgação do processo de cadastramento e matrícula no âmbito local;
- analisar e validar os relatórios de compatibilização automática da demanda do Ensino Fundamental cadastrada no Sistema Integrado SEE/SME, para fins de matrícula em uma das escolas da Rede Pública Municipal ou Estadual;
- analisar e validar os relatórios de compatibilização da demanda cadastrada para Educação Infantil, observados os critérios estabelecidos na Portaria SME nº 4.993/16, referente ao cadastramento;
- acompanhar e assegurar o atendimento à totalidade da demanda da Educação Infantil para a faixa etária de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos;
- acompanhar e assegurar o atendimento dos candidatos sem vaga pública no Ensino Fundamental, durante todo o ano letivo, inclusive contactando as Diretorias de Ensino/SEE, se necessário; e
- garantir a efetivação das matrículas no Sistema Informatizado – EOL para todos os candidatos da Educação Infantil, após processo de compatibilização, observada a faixa etária descrita artigo 15 desta Portaria.

Art. 37 - Excepcionalmente, visando à acomodação da demanda e aos princípios pedagógicos previstos no artigo 26 da Portaria SME nº 4.993/16, as Unidades Educacionais de Educação Infantil poderão propor outras formas de organização de turmas e faixas etárias, mediante a autorização da DRE e da SME/COGED.

Art. 38 - As Escolas Municipais de Educação Bilingue para Surdos - EMEBS, os Centros de Educação e Cultura Indígenas - CE-CIs, os Centros Integrados de Educação de Jovens e Adultos – CIEJAs e as turmas organizadas na modalidade Modular da Educação

de Jovens e Adultos – EJA, respeitadas as características próprias do seu atendimento, obedecerão às disposições contidas na presente Portaria e cumprirão, no que couber, o cronograma estabelecido no Anexo Único desta Portaria.

Art. 39 - Os casos excepcionais ou omissões serão resolvidos pelas Diretorias Regionais de Educação, ouvida a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 40 - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e, em especial, a Portaria SME nº 5.506, de 05/08/16.

ANEXO ÚNICO DA PORTARIA Nº 7.858, DE 02 DE OUTUBRO DE 2017

CRONOGRAMA
I - EDUCAÇÃO INFANTIL – EMEIs/CEMEIs/CEIs/Creches:
DATAS/ PERÍODOS/ PROCEDIMENTOS
 - de 11 a 29/09/17 – Planejamento DRE/UEs e digitação das turmas de Educação Infantil para 2018 no Sistema Informatizado – EOL;

- de 03 a 11/10/17 - Definição das crianças da Educação Infantil, matriculadas nos CEIs/Creches/CEMEIs candidatos à matrícula em continuidade em outro CEI/Creche ou EMEI;
 - de 02 a 27/10/17 - Aditamentos (CEIs/ Creches);
 - de 03 a 11/10/17 - Rematrículas e digitação no Sistema Informatizado – EOL na garantia da permanência das crianças frequentes em 2017, exceto as definidas para garantia de continuidade e para ingresso no Ensino Fundamental;
 - de 02 a 27/10/17 - Constituição de grades/UEs pelo Sistema Informatizado - EOL para as crianças definidas para continuidade;
 - de 01/11/17 – Compatibilização para crianças em continuidade;
 - de 01 a 30/11/17 - Constituição de grades/UEs pelo Sistema Informatizado - EOL para os cadastros de demanda de educação infantil;

- de 06 a 17/11/17 - Análise e realocação das crianças em continuidade pelas DREs;
 - a partir de 27/11/17 - Divulgação e efetivação das matrículas das crianças em continuidade;
 - em 04/12/17- Compatibilização de cadastros;
 - de 05 a 08/12/17- Análise e realocação de cadastros compatibilizados pelas DREs;
 - a partir de 11/12/17 - Divulgação e efetivação das matrículas dos cadastros compatibilizados;
 - a partir de 12/12/17- Compatibilização diária de cadastros;
 - em 22/12/17 - Prazo Final para a digitação das matrículas no Sistema Informatizado – EOL.

II - ENSINO FUNDAMENTAL: respeitado o estabelecido na Portaria Conjunta SEE/SME nº 01/17, as Unidades Educacionais deverão atender ao seguinte cronograma:

DATAS/ PERÍODOS/ PROCEDIMENTOS:
 - até 19/01/18 - Prazo final para digitação do Parecer Conclusivo no Sistema Informatizado EOL e adequação das matrículas em continuidade, mediante os resultados de promoção/retenção dos educandos.
 - até 22/01/18 - Prazo final para a Conclusão das Turmas/2017 no Sistema Informatizado – EOL.

III- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA
DATAS/ PERÍODOS/ PROCEDIMENTOS:

- até 14/09/17 - Planejamento (DRE/UEs) da projeção prévia de classes/ 2018 e digitação no Sistema Informatizado/EOL;
 - de 22 a 28/11/17 - Rematrículas e digitação no Sistema Informatizado - EOL, na perspectiva da garantia da permanência de jovens e adultos frequentes em 2017;
 - a partir de 20/11/17 - Cadastramento para candidatos 2018;
 - em 13/12/17 - Compatibilização automática da demanda cadastrada e efetivação das matrículas no Sistema Informatizado – EOL;

- em 22/12/17 - Prazo final para digitação das matrículas no Sistema Informatizado – EOL;
 - até 19/01/18 - Prazo final para todas as U.Es para digitação do Parecer Conclusivo no Sistema EOL e adequação das matrículas em continuidade, mediante os resultados de promoção/retenção dos educandos;
 - até 22/01/18 - Prazo final para todas as Unidades Educacionais para proceder à Conclusão das Turmas/2017 no Sistema Informatizado – EOL.

DESPACHOS DO SECRETÁRIO

SME

2014-0.307.833-1 CEI Frei Airton Pereira da Silva - DRE Campo Limpo - Apuração Preliminar – À vista dos elementos constantes neste processo, notadamente das conclusões alcançadas pela Comissão de Apuração Preliminar às fls. 107 a 111, 121/122 das manifestações da Assessoria Jurídica da DRE Campo Limpo às fls. 131 a 133, da Divisão de Normatização e Orientação Técnica de SME às fls. 135 a 137 e 140/141, da Assessoria Jurídica de SME às fls. 138/139 e das disposições do Decreto nº 43.233/03, DETERMINO O ARQUIVAMENTO do presente, com fulcro no inciso II do artigo 102 do Decreto Municipal nº 43.233/03.

2017-0.053.160-0 - EMEI Educadora Nida Maldí Corazza-DRE Butantã - Apuração Preliminar – Furto de equipamentos - À vista dos elementos constantes neste processo, notadamente das conclusões alcançadas pela Comissão de Apuração Preliminar às fls. 40/41 e 59/60, das manifestações da Assessoria Jurídica da DRE Butantã às fls. 62 e 62 V, da Divisão de Normatização e Orientação Técnica de SME às fls. 63 e 64 e das disposições do Decreto nº 43.233/03, DETERMINO O ARQUIVAMENTO do presente, com fulcro no inciso II do artigo 102 do Decreto Municipal nº 43.233/03.

2015-0.337.895-7- CEU Quinta do Sol - DRE Penha - Apuração Preliminar - Furto - À vista dos elementos constantes neste processo, notadamente das conclusões alcançadas pela Comissão de Apuração Preliminar às fls. 530 a 547, das manifestações da Assessoria Jurídica da DRE Penha às fls. 549, da Divisão de Normatização e Orientação Técnica de SME em fls. 554/555 e das disposições do Decreto nº 43.233/03, DETERMINO O ARQUIVAMENTO do presente, com fulcro no inciso II do artigo 102 do Decreto Municipal nº 43.233/03.

2014-0.171.947-0 - Apuração Preliminar – Extravio de Livros de Ponto - EMEI Professora Rumi Oikawa – DRE São Mateus - À vista dos elementos constantes neste processo, notadamente das conclusões alcançadas pela Comissão de Apuração Preliminar às fls. 58 a 61, 105, 106 e 109, das manifestações da Assessoria Jurídica da DRE São Mateus às fls. 65 a 68 e 110, da Divisão de Normatização e Orientação Técnica de SME em fls. 111 a 114 e das disposições do Decreto nº 43.233/03, DETERMINO O ARQUIVAMENTO do presente, com fulcro no inciso II do artigo 102 do Decreto Municipal nº 43.233/03.

2016-0.061.709-0 - Apuração Preliminar – Furto de bens – EMEI Dalmo do Valle Nogueira, Des. – DRE Butantã – À vista dos elementos constantes neste processo, notadamente das conclusões alcançadas pela Comissão de Apuração Preliminar às fls. 62 a 67, das manifestações da Assessoria Jurídica da DRE Butantã às fls. 76 e 76 verso, da Divisão de Normatização e Orientação Técnica de SME às fls. 77 a 80 e das disposições do Decreto nº 43.233/03, DETERMINO O ARQUIVAMENTO do presente, com fulcro no inciso II do Artigo 102 do Decreto Municipal nº 43.233/03.

2016-0.213.862-8 - CEI Jocelyne Guimarães Fernandes de Mello– DRE Guaianases - Apuração Preliminar – Lesão Corporal - À vista dos elementos constantes neste processo, notadamente das conclusões alcançadas pela Comissão de Apuração Preliminar às fls. 71 a 73 e 115, das manifestações da Divisão de Normatização e Orientação Técnica de SME às fls. 119/120 e das disposições do Decreto nº 43.233/03, DETERMINO O ARQUIVAMENTO do presente, com fulcro no inciso II do artigo 102 do Decreto Municipal nº 43.233/03.

2017-0.125.705-6 - EMEFM Linneu Prestes – DRE Santo Amaro - Apuração Preliminar – Averiguação de responsabilidade funcional - À vista dos elementos constantes neste processo, notadamente das manifestações da Divisão de Normatização e Orientação Técnica de SME às fls. 35/36, DETERMINO O ARQUIVAMENTO do presente, com fulcro no artigo 75, inciso IV, do Decreto Municipal nº 43.233/03.

DESPACHO DA CHEFE DE GABINETE

SME

2017-0.012.427-3 - VALE ALIMENTAÇÃO - À vista dos elementos informadores deste processo, notadamente das reservas de recursos resto, AUTORIZO de acordo com a Lei nº 14.588/07, e Portaria SME nº 3588/99 a emissão de Notas de Empenho e Notas de Liquidação para atender às despesas com o Vale Alimentação dos servidores da Secretaria Municipal de Educação, referentes ao mês de setembro de 2017, no valor total de R\$ 16.775.917,48 (dezesseis milhões, setecentos e setenta e cinco mil, novecentos e dezessete reais e quarenta e oito centavos) onerando as dotações:

16.10.12.368.3010.2.822.3.3.90.46.00 RGPS	(R\$ 13.268,46)
16.10.12.368.3010.2.822.3.3.90.46.00 RPPS	(R\$ 15.767.890,57)
16.10.12.122.3024.2.100.3.3.90.46.00 RGPS	(R\$ 755,08)
16.10.12.122.3024.2.100.3.3.90.46.00 RPPS	(R\$ 608.391,19)
16.10.12.368.3010.2.851.3.3.90.46.00 RGPS	(R\$ 1.597,22)
16.10.12.368.3010.2.851.3.3.90.46.00 RPPS	(R\$ 217.881,14)
16.10.12.368.3010.2.864.3.3.90.46.00 RGPS	(R\$ 208,95)
16.10.12.368.3010.2.864.3.3.90.46.00 RPPS	(R\$ 165.924,87)
TOTAL RGPS	(R\$ 15.829,71)
TOTAL RPPS	(R\$ 16.760.087,77)
TOTAL GERAL	R\$ 16.775.917,48

SISTEMA MUNICIPAL DE PROCESSOS - SIM-PROC

COORDENADORIA DE GESTAO E ORGANIZACAO EDUCACIONAL

ENDERECO: .
 PROCESSOS DA UNIDADE SME/COGED/DINORT

2014-0.171.947-0 DIRETORIA REGIONAL DE EDUCACAO SAO MATEUS

DOCUMENTAL
 DESPACHO DO SECRETARIOSME
 2014-0.171.947-0 - APURACAO PR ELIMINAR EXTRAVIO DE LIVROS DE PONTO - EMEI PROFESSORA RUMI OIKAWA DRE SAO MATEUS - A VISTA DOS ELEMENTOS CONSTANTES NESTE PROCESSO, NOTADAMENTE DAS CONCLUSOES ALCANÇADAS PELA COMISSAO DE APURACAO PRELIMINAR AS FLS. 58 A 61, 105, 106 E 109, DAS MANIFESTACOES DA ASSESSORIA JURIDICA DA DRE SAO MATEUS AS FLS. 65 A 68 E 110, DA DIVISAO DE NORMATIZACAO E ORIENTACAO TECNICA DE SME EM FLS. 111 A 114 E DAS DISPOSICOES DO DECRETO N 43.233/03, DETERMINO O ARQUIVAMENTO DO PRESENTE, COM FULCRO NO INCISO II DO ARTIGO 102 DO DECRETO MUNICIPAL N 43.233/03.

2014-0.307.833-1 DIRETORIA REGIONAL DE EDUCACAO CAMPO LIMPO

DOCUMENTAL
 DESPACHO DO SECRETARIOSME
 2014-0.307.833-1 CEI FREI AIR TON PEREIRA DA SILVA - DRE CAMPO LIMPO - APURACAO PRELIMINAR A VISTA DOS ELEMENTOS CONSTANTES NESTE PROCESSO, NOTADAMENTE DAS CONC LUSOES ALCANÇADAS PELA COMISSAO DE APURACAO PRELIMINAR AS FLS. 107 A 111, 121/122 DAS MANIFESTACOES DA ASSESSORIA JURIDICA DA DRE C AMPO LIMPO AS FLS. 131 A 133, DA DIVISAO DE NORMATIZACAO E ORIENTACAO TECNICA DE SME AS FLS. 135 A 137 E 140/141, DA ASSESSORIA JUR IDICA DE SME AS FLS. 138/139 E DAS DISPOSICOES DO DECRETO N 43.233/03, DETERMINO O ARQUIVAMENTO DO PRESENTE, COM FULCRO NO INCISO I I DO ARTIGO 102 DO DECRETO MUNICIPAL N 43.233/03.

2015-0.337.895-7 DIRETORIA REGIONAL DE EDUCACAO PENHA

DOCUMENTAL
 DESPACHO DO SECRETARIOSME
 -2015-0.337.895-7- CEU QUINTA DO SOL - DRE PENHA - APURACAO PRELIMINAR - FURTO - A VISTA DOS ELEMENTOS CONSTANTES NESTE PROCESSO, NOTADAMENTE DAS CONCLUSOES ALCANÇADAS PELA COMISSAO DE APURACAO PRELIMINAR AS FLS. 530 A 547, DAS MANIFESTACOES DA ASSESSORIA JURIDICA DA DRE PENHA AS FLS. 549, DA DIVISAO DE NORMATIZACAO E ORIENTACAO TECNICA DE SME EM FLS. 554/555 E DAS DISPOSICOES DO DECRETO N 43.233/03, DETERMINO O ARQUIVAMENTO DO PRESENTE, COM FULCRO NO INCISO II DO ARTIGO 102 DO DECRETO MUNICIPAL N 43.233/03.

2016-0.061.709-0 DIRETORIA REGIONAL DE EDUCACAO - BUTANTA

DOCUMENTAL
 DESPACHO DO SECRETARIOSME
 2016-0.061.709-0 - APURACAO PR ELIMINAR FURTO DE BENS EMEI DALMO DO VALLE NOGUEIRA, DES. DRE BUTANTA A VISTA DOS ELEMENTOS CONSTANTES NESTE PROCESSO, NOTADAMENTE DAS CONCLUSOES ALCANÇADAS PELA COMISSAO DE APURACAO PRELIMINAR AS FLS. 62 A 67, DAS MANIFESTACOES DA ASSESSORIA JURIDICA DA DRE BUTANTA AS FLS. 76 E 76 VERSO, DA DIVISAO DE NORMATIZACAO E ORIENTACAO TECNICA DE SME AS FLS. 77 A 80 E DAS DISPOSICOES DO DECRETO N 43.233/03, DETERMINO O ARQUIVAMENTO DO PRESENTE, COM FULCRO NO INCISO II DO ARTIGO 102 DO DECRETO MUNICIPAL N 43.233/03.

2016-0.213.862-8 DIRETORIA REGIONAL DE EDUCACAO GUIANASES

DOCUMENTAL
 DESPACHO DO SECRETARIOSME
 2016-0.213.862-8 - CEI JOCELY NE GUIMARAES FERNANDES DE MELLO DRE GUIANASES - APURACAO PRELIMINAR LESAO CORPORAL - A VISTA DOS ELEMENTOS CONSTANTES NESTE PROCESSO, NOTADAMENTE DAS CONCLUSOES ALCANÇADAS PELA COMISSAO DE APURACAO PRELIMINAR AS FLS. 71 A 73 E 115, DAS MANIFESTACOES DA DIVISAO DE NORMATIZACAO E ORIENTACAO TECNICA DE SME AS FLS. 119/120 E DAS DISPOSICOES DO DECRETO N 43.233/03, DETERMINO O ARQUIVAMENTO DO PRESENTE, COM FULCRO NO INCISO II DO ARTIGO 102 DO DECRETO MUNICIPAL N 43.233/03.

2017-0.053.160-0 DIRETORIA REGIONAL DE EDUCACAO - BUTANTA

DOCUMENTAL
 DESPACHO DO SECRETARIOSME
 2017-0.053.160-0 - EMEI EDUCA DORA NIDA MALDI CO RAZZA-DRE BUTANTA - APURACAO PRELIMINAR FURTO DE EQUIPAMENTOS - A VISTA DOS ELEMENTOS CONSTANTES NESTE PROCESSO, NOTADAMENTE DAS CONCLUSOES ALCANÇADAS PELA COMISSAO DE APURACAO PRELIMINAR AS FLS 40/41 E 59/60, DAS MANIFESTACOES DA ASSESSORIA JURIDICA

DA DRE BUTANTA AS FLS. 62 E 62 V, DA DIVISAO DE NORMATIZACAO E ORIENTACAO TECNICA DE SME AS FLS. 63 E 64 E DAS DISPOSICOES DO DECRETO N 43.233/03, DETERMINO O ARQUIVAMENTO DO PRESENTE, COM FULCRO NO INCISO II DO ARTIGO 102 DO DECRETO MUNICIPAL N 43.233/03.

2017-0.125.705-6 ASSOC.DE PAIS/MESTRES DA EME-FM.PROF.LINEU PRESTES

DOCUMENTAL
 DESPACHO DO SECRETARIOSME
 2017-0.125.705-6 - EMEFM LINN EU PRESTES DRE SANTO AMARO - APURACAO PRELIMINAR AVERIGUACAO DE RESPONSABILIDADE FUNCIONAL - A VISTA DOS ELEMENTOS CONSTANTES NESTE PROCESSO, NOTADAMENTE DAS MANIFESTACOES DA DIVISAO DE NORMATIZACAO E ORIENTACAO TECNICA DE SME AS FLS. 35/36, DETERMINO O ARQUIVAMENTO DO PRESENTE, COM FULCRO NO ARTIGO 75, INCISO IV, DO DECRETO MUNICIPAL N 43.233/03.

DIRETORIA REGIONAL DE EDUCACAO DO IPIRANGA

PORTARIA Nº 206, DE 29 DE SETEMBRO DE 2017.

SEI Nº 6016.2017/0040034-0
 O Diretor Regional de Educação Ipiranga, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria SME nº 2.453/15, com fundamento na Deliberação CME nº 07/14 e do que consta do PA 2017*0.142.531-5, expede a presente Portaria:

Art. 1º - Fica prorrogada a autorização de funcionamento concedida em caráter provisório, nos termos do §3º do art. 7º da Deliberação CME nº 07/14, pela Portaria nº 146, de 09/10/15, DOC 15/10/15, do CEI Pequenos Brilhantes, localizado à Avenida do Estado, nº 1.471, Ponte Pequena, São Paulo, mantido pela Associação Nova Esperança, CNPJ 00.098.011/0001-56, com a finalidade de atender crianças na faixa etária da Educação Infantil definida no Plano de Trabalho da instituição.

Art. 2º - A prorrogação de que trata o artigo anterior, encontra-se na conformidade do disposto no artigo 79 da Portaria nº 4.548, de 19/05/17 e respaldada na documentação constante do P.A. 2014-0.149.021-9.

Art. 3º - Os responsáveis pela instituição ficam obrigados a manter ajustado anualmente seu Projeto Pedagógico às normas que forem baixadas pelo Conselho Municipal de Educação e as demais instruções relativas ao cumprimento da legislação vigente.

Art. 4º - O não cumprimento das obrigações assumidas em decorrência desta Portaria pelo mantenedor, ensejará a proposta de cassação da presente autorização, na conformidade do disposto na legislação em vigor.

Art. 5º - A prorrogação mencionada no art. 1º terá validade por mais dois anos, a partir da vigência desta Portaria.

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº 205, DE 29 DE SETEMBRO DE 2017.

SEI Nº 6016.2017/0040027-8
 O Diretor Regional de Educação Ipiranga, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria SME nº 2.453/15, com fundamento na Deliberação CME nº 07/14, na Portaria SME nº 7.671/15 e do que consta no PA nº 2017*0.142.529-3, expede a presente Portaria:

Art. 1º - Fica prorrogada, nos termos do § 3º do art. 7º da Deliberação CME nº 07/14, a autorização de funcionamento concedida em caráter provisório, pela Portaria nº 144 de 06/10/15, DOC 09/10/15, da Nana Neném Bercário e Maternal LTDA – ME, localizada à Avenida Itacira, 2249, Planalto Paulista, São Paulo, mantida por Nana Neném Bercário e Maternal LTDA – ME, CNPJ 48.434.393/0001-78, com a finalidade de atender crianças de 04 meses a 5 anos de idade.

Art. 2º - Os responsáveis pela instituição ficam obrigados a manter ajustado anualmente seu Projeto Pedagógico às normas que forem baixadas pelo Conselho Municipal de Educação e às demais instruções relativas ao cumprimento da legislação vigente.

Art. 3º - O não cumprimento das obrigações assumidas em decorrência desta Portaria pelo mantenedor, ensejará a proposta de cassação da presente autorização, na conformidade do disposto na legislação em vigor.

Art. 4º - A prorrogação mencionada no art. 1º desta Portaria terá validade por mais dois anos, a partir da sua vigência.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

DIRETORIA REGIONAL DE EDUCACAO DE CAMPO LIMPO

PORTARIA Nº 192, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017

SEI 6016.2017/0039863-0
 A Diretora Regional de Educação, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria SME nº 4.549, de 19/05/17 e do que consta do PA nº 2011-0.146.487-5, e CONSIDERANDO: - o disposto na Lei federal nº 13.019/14 e Decreto municipal nº 57.575/16;

RESOLVE:
 Art. 1º - GRÊMIO RECREATIVO CULTURAL E EDUCACIONAL RUBRO VERDE CNPJ: 67.843.045/0001-07 situada(o) na Rua Eurico de Azevedo Marques,8b – Campo Limpo, São Paulo, tem seu credenciamento renovado, nos termos da Portaria SME nº 4.549/17, com a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo/Diretoria Regional de Educação Campo Limpo, concedido pela Portaria nº 265/11, DOC de 20/09/11 e Portaria nº186/14, de DOC 16/08/14.

Art. 2º - O credenciamento de que trata esta Portaria comprova que a Organização detém condições para a prestação de serviços de Educação Infantil.

Art. 3º - Para fins de comprovação da renovação do credenciamento, a Diretoria Regional de Educação Campo Limpo emitirá novo “Certificado de Credenciamento Educacional” que reabilitará a Organização para a celebração de parceria com a Secretaria Municipal de Educação, na conformidade das normas específicas em vigor.

Art. 4º - O Certificado referido no artigo anterior terá validade de 3 (três) anos, podendo ser renovado.

Art. 5º - O Certificado de Credenciamento Educacional poderá ser cancelado, a qualquer tempo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos da legislação vigente, quando:

I – não mantidas as condições do credenciamento;
 II – comprovada irregularidade na documentação;
 III – a Organização parceira com esta Pasta for denunciada por inadimplência.

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PORTARIA Nº 191, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017

SEI 6016.2017/0039837-0
 A Diretora Regional de Educação, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria SME nº 4.549, de 19/05/17 e do que consta do PA nº 2014-0.281174-4 e CONSIDERANDO: - o disposto na Lei federal nº 13.019/14 e Decreto municipal nº 57.575/16;

RESOLVE:
 Art. 1º - INSTITUTO PARA UMA VIDA MELHOR CNPJ: 07.907.201/0001-16 situada na Rua Francisco Rego, 31 – Pq. Sônia, São Paulo, tem seu credenciamento renovado, nos termos da Portaria SME nº 4.549/17, com a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo/Diretoria Regional de Educação Campo Limpo, concedido pela Portaria nº 229/14, DOC de 05/11/2014.

Art. 2º - O credenciamento de que trata esta Portaria comprova que a Organização detém condições para a prestação de serviços de Educação Infantil.

Art. 3º - Para fins de comprovação da renovação do credenciamento, a Diretoria Regional de Educação Campo Limpo emitirá novo “Certificado de Credenciamento Educacional” que reabilitará a Organização para a celebração de parceria com a Secretaria Municipal de Educação, na conformidade das normas específicas em vigor.

Art. 4º - O Certificado referido no artigo anterior terá validade de 3 (três) anos, podendo ser renovado.

Art. 5º - O Certificado de Credenciamento Educacional poderá ser cancelado, a qualquer tempo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos da legislação vigente, quando:

I – não mantidas as condições do credenciamento;
 II – comprovada irregularidade na documentação;
 III – a Organização parceira com esta Pasta for denunciada por inadimplência.

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PORTARIA Nº 194, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017

SEI 6016.2017/0039960-1
 A Diretora Regional de Educação, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria SME nº 4.549, de 19/05/17 e do que consta do PA nº 2011-0.146.332-1, e CONSIDERANDO: - o disposto na Lei federal nº 13.019/14 e Decreto municipal nº 57.575/16;

RESOLVE:

Art. 1º - A ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO JARDIM SÃO FRANCISCO, CNPJ: 01.807.345/0001-14 situada na Rua Parvati, 408 – Jardim São Francisco, São Paulo, tem seu credenciamento renovado, nos termos da Portaria SME nº 4.549/17, com a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo/Diretoria Regional de Educação Campo Limpo, concedido pela Portaria nº 259/11, DOC de 10/08/11 e Portaria nº 224/14, DOC de 05/11/14.

Art. 2º - O credenciamento de que trata esta Portaria comprova que a Organização detém condições para a prestação de serviços de Educação Infantil.

Art. 3º - Para fins de comprovação da renovação do credenciamento, a Diretoria Regional de Educação Campo Limpo emitirá novo “Certificado de Credenciamento Educacional” que reabilitará a Organização para a celebração de parceria com a Secretaria Municipal de Educação, na conformidade das normas específicas em vigor.

Art. 4º - O Certificado referido no artigo anterior terá validade de 3 (três) anos, podendo ser renovado.

Art. 5º - O Certificado de Credenciamento Educacional poderá ser cancelado, a qualquer tempo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos da legislação vigente, quando:

I – não mantidas as condições do credenciamento;
 II – comprovada irregularidade na documentação;
 III – a Organização parceira com esta Pasta for denunciada por inadimplência.

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DIRETORIA REGIONAL DE EDUCACAO DE GUIANASES

6016.2017/0036643-6

RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO NO DOC DE 19/09/17, PÁGINA 17

LEIA-SE COMO SEGUE E NÃO COMO CONSTOU: PORTARIA Nº 107, DE 01 DE SETEMBRO DE 2017

DIRETORIA REGIONAL DE EDUCACAO - GUIANASES

6016.2017/0039909-1

PORTARIA Nº 01, de 27 DE SETEMBRO DE 2017

O Diretor de Escola da EMEF Mailson Delane, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no artigo nº 201 da Lei nº 8.989/79, alterado pela Lei nº 13.519/03 e o disposto no Decreto nº 43.233/03,

RESOLVE:
 I - Fica constituída a Comissão de Apuração Preliminar composta pelos seguintes servidores, sob a presidência do primeiro nomeado e secretariado pelo último:

- Cibele do Nascimento Marciel, RF. 802.648.3/1;
 - Joelice do Carmo Gonçalves, RF. 607.468.5/4;
 - Tania Cristina Pereira Ferreira, RF. 696.373.1/2.

II - A Comissão ora designada procederá à apuração dos fatos e eventuais responsabilidades, relativamente ao contido no P.A nº 2017-0.138.950-5, devendo apresentar o relatório conclusivo sobre o apurado no prazo de 20 (vinte) dias.

III - Para o cabal cumprimento de suas atribuições, a Comissão poderá, dentre outros procedimentos, solicitar dados, levantamento de informações, bem como, examinar registros e quaisquer documentos que se fizerem necessários.

IV - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ESPORTES E LAZER

GABINETE DO SECRETÁRIO